

Moção de repúdio ao PL 529/2020

Em defesa das políticas públicas, pela rejeição do PL 529/2020

O Movimento Popular de Saúde do Centro de São Paulo convoca movimentos, sindicatos, associações, ONGs e coletivos a se manifestarem contra o PL 529/2020, que está em processo de votação na Assembleia Legislativa de São Paulo, porque traz prejuízos para toda a sociedade, com perda de patrimônio e serviços públicos de extrema importância e que, se privatizados, passarão a ter custo para população e para o Estado, dando lucro para empresários.

O Projeto de Lei Estadual nº 529/2020 apresentado pelo governador Doria à Assembleia Legislativa de São Paulo é o maior ataque neoliberal ao estado de São Paulo.

Neoliberal porque prioriza a privatização direta e indireta (terceirizações, organizações sociais, etc.) desativando serviços públicos ou aumentando os custos nas áreas sociais, e privilegiando o lucro para grandes empresas privadas (muitas delas mascaradas de filantropia).

Sob a desculpa da necessidade de medidas de ajuste fiscal e equilíbrio das contas públicas, inclusive justificando os prejuízos econômicos causados pela pandemia, o governo do Estado de São Paulo apresenta um projeto que na verdade entrega o patrimônio do estado de São Paulo ao setor privado, ataca direitos trabalhistas e implanta mudanças nos impostos que prejudicam as áreas sociais, os trabalhadores e pequenos empresários.

São atacados setores tais como: área rural, educação, habitação, meio ambiente, saúde e transportes.

Alguns exemplos na saúde:

Desativação da FURP (Fundação para o Remédio Popular): a maioria dos medicamentos do Programa Dose Certa são fabricados pela FURP. Se esta empresa pública for desativada, o governo vai gastar mais para comprar da indústria farmacêutica, além do risco de desabastecimento de medicações mais baratas, como para tratamento de tuberculose;

Desativação da SUCEN (Superintendência de Controle de Endemias): que presta serviços de assessoria aos municípios em ações como o combate da dengue. Em tempos de pandemia a medida pode aumentar os riscos de contaminações por diversos vírus.

Desativação da Fundação Oncocentro: poderá provocar o fim da fabricação de próteses para pacientes de câncer.

E em outras áreas:

Desativação do ITESP e conseqüentemente o fim do apoio aos assentamentos rurais.

Desativação da CDHU e conseqüentemente o fim das urbanizações de favelas.

Desativação da EMTU e conseqüentemente a privatização e aumento das passagens dos ônibus intermunicipais.

Por essas razões, considerando os prejuízos à oferta de serviços públicos e aos direitos sociais da população do Estado e do Município de São Paulo, manifestamos nosso repúdio ao Projeto de Lei Estadual nº 529/2020, apresentado pelo Governo do Estado de São Paulo.